

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS: novas dinâmicas da dominação burguesa para o século XXI.

Marcelo Paula de Melo¹

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar alguns elementos para reflexão da relação entre o papel político dos Organismos Internacionais do capital (Banco Mundial e ONU/UNESCO) e a área de Educação Física e esportes. Mais especificamente traremos alguns documentos destes intelectuais orgânicos da burguesia mundial que tematizam os grandes eventos esportivos. Com isso, será possível desnudar alguns elementos educativos da dominação burguesa em nosso tempo e sua incidência no campo da educação física e esporte.

Palavras-chave: *Organismos Internacionais; Esporte e dominação burguesa.*

Abstract

The aim of this paper is to present some elements of consideration of the relationship between the political role of international organizations of capital (World Bank, UN / UNESCO) and the area of physical education and sports. More specifically we will bring some documents of these organic intellectuals of the bourgeois world that analyze the major sporting events. With it, you can uncover some educational elements of bourgeois rule in our time and its impact on the field of physical education and sport.

Keywords: *International organizations; Sports and Bourgeois Domination*

1 Professor UNIABEU/FAETEC; Doutorando em Serviço Social (UFRJ); Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política Educacional (EPSJ)- Fio Cruz). Autor do livro *Esporte e Juventude Pobre* (Autores Associados, 2005). Contato: marcelaomelo@gmail.com

Introdução

A compreensão das mudanças contemporâneas da lógica da dominação burguesa demanda uma abordagem histórica do desenvolvimento capitalista recente no Brasil e no mundo. O que se convencionou chamar de neoliberalismo, buscando expressar a face atual da dominação de classe, nos leva a reconhecer profundas modificações nas relações sociais capitalistas em múltiplas dimensões, abarcando os processos de mundialização do capital e sua paulatina financeirização, mediante a promoção do chamado ajuste estrutural. Isso leva a já previsíveis conseqüências em termos de concentração de renda, aumento da pobreza e desigualdade, e o explodir de crises financeiras e econômicas freqüentes em diversos cantos do globo ao longo dos últimos anos, culminando com a chamada crise global de 2008 (Mészáros, 2009). Ao mesmo tempo, e como expressão direta disso, altera de tal forma a correlação de forças em favor do conjunto da burguesia, intensificando as possibilidades exploratórias sobre o trabalho e sobre a natureza.

É possível compreender alguns aspectos das estratégias de obtenção do consenso para sedimentar à dominação burguesa a partir das indicações de alguns intelectuais

orgânicos dominantes para o campo das políticas de esportes. Reconhecendo a profunda capilaridade e identificação que os esportes possuem em nosso tempo, o estudo dessas indicações pode nos fornecer relevantes pistas para compreensão dos meandros e caminhos que o projeto societário burguês dedica aos esportes em seu projeto educativo para classes populares.

Nesse caso específico, ao longo dos anos 1990 e 2000, como estratégia de obtenção do consenso popular, o projeto histórico de dominação burguesa busca uma aproximação com os esportes para além da dimensão do espetáculo e da suposta possibilidade de ascensão social. No que tange especificamente a organização dos grandes eventos esportivos, passa a ser comum a associação entre suas realizações e a possível melhoria das condições de vida do conjunto da população em função das modificações urbanas porque passaram as cidades que receberam tais jogos. Sendo mais comum em relação aos eventos de maior alcance, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol, esse debate do chamado "Legado Social e Ambiental" é encontrado em todos os documentos dos defensores de tais eventos.

É nesse quadro que esse texto irá discutir como foi ocorrendo uma aproximação dos Organismos

Internacionais, mais especificamente da UNESCO, com o campo dos esportes em geral, mas dando especial atenção às suas tematizações acerca dos grandes eventos esportivos. A partir da premissa que tais organismos internacionais cumprem a função de intelectuais orgânicos do conjunto da burguesia para educar seus pares e também os dominados para o projeto societário da fração dominante da burguesia, iremos dedicar atenção a esse aspecto de suas intervenções no campo dos esportes e educação física.

Por que estudar as indicações de políticas dos organismos internacionais?

Os organismos internacionais, sobretudo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Sistema ONU, na condição de intelectuais orgânicos coletivos do conjunto da classe burguesa, buscam ser porta-vozes da pluralidade de interesses do bloco no poder, seguindo a fração hegemônica da burguesia em cada conjuntura concreta. A partir da aura de voz neutra e autorizada como suposto representante de um bem comum, da melhoria das condições de vida global, seus documentos, pesquisas, pronunciamentos são importantes indicadores da direção que o conjunto da classe

burguesa tem traçado para um projeto societário em consonância com seus interesses de classe.

Tais organismos internacionais buscaram conferir uma perspectiva multilateral e negociada para as burguesias mundiais, por meio de um sistema de Estados nacionais, organizarem e arbitrarem seus conflitos internos e eventuais conflitos contra adversários em comum em diversos momentos. Possibilitando uma perspectiva negociada no seio do bloco do poder em nível mundial, malgrado a existência de diversos momentos de ações unilaterais de países centrais em demandas que lhes forem mais diretamente relevantes a ponto de não aguardarem ou aceitarem as saídas consensuadas, o sistema de organismos internacionais com assentos de diversos países centrais e periféricos permite tal ordenamento da dominação em nível mundial. Ainda que na condição de sócio menores, as classes dominantes dos países periféricos, por meio da atuação no plano internacional, buscam fazer-se representar nesses campos para obterem tanto prestígio interno em seus países, como para buscar influir no limite de suas possibilidades em acordos que levem em conta suas demandas, ainda que certamente em condições fornecidas pelas classes dominantes centrais. Assim, tanto as gêmeas de

Bretton Woods², como o sistema ONU, surgem como parte desses novos arranjos.

Em nosso tempo o Banco Mundial e o Sistema ONU têm atuado em diversas frentes na oferta de indicações de políticas. Segundo Mattos (2001, p. 382) isso se deve a sua atuação em diversos campos, de sua abrangência mundial com múltiplos escritórios e funcionários de diversos países e de "... uma estrutura interna que permite produzir sugestões de políticas e apresentá-las como se as mesmas tivessem sido extraídas de sua abrangente experiência". A partir dessas elaborações, os organismos internacionais estabelecem diálogos com os governos para obterem sua adesão no programa de indicações que acompanham os empréstimos em diversos campos.

Uma distinção importante entre as instituições gêmeas de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e o Sistema ONU (e suas agências) se refere ao peso dos países membros nos processos decisórios. Nas gêmeas de Bretton Woods o poder de cada país influir nos rumos das instituições é diretamente proporcional

à sua participação no aporte financeiro às mesmas. Isso cria maior poder explicitamente aos países centrais que contribuem com aporte financeiro muito maior que os países periféricos. Já nas vinculadas ao Sistema ONU, em tese, cada país-membro tem o mesmo poder de voto em suas instâncias decisórias, malgrado o grau de sujeição que há nas relações entre países em cada conjuntura concreta, influenciando nas votações em diversos momentos e com diversos exemplos (Pereira, J. 2009; Mattos, 2001).

Contudo, no tocante ao funcionamento do Sistema ONU, Rubem Mattos (2001) afirma que a idéia de cada país-membro um voto, em função da desvinculação desse direito ao aporte financeiro de cada membro não deve levar a posições ilusórias. Segundo o autor, grande parte das agências da ONU vale-se de recursos extra-orçamentários provenientes "... de doações voluntárias de países-membros a projetos específicos. A maioria desses recursos provém de países desenvolvidos, que desse modo influenciam diretamente as iniciativas dessas agências internacionais" (Mattos, 2001, p. 380).

2 Termo utilizado para fazer menção ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, que surgiram como parte dos arranjos de ordenamento dos conflitos internos ao bloco capitalista no imediato pós- segunda guerra e ao mesmo tempo enfrentar organizadamente a Ex- URSS. O termo gêmeas de Bretton Woods deve-se ao fato de terem surgidos da famosa conferência na cidade estadunidense de mesmo nome em 1944. ver Pereira (2009) e Martins (2009).

O olhar atento às proposições dos organismos internacionais, com especial atenção ao Banco Mundial e a ONU-UNESCO, deve-se ao relevante “papel organizador das relações internacionais capitalistas contemporâneas” fazendo “... das Nações Unidas e demais organismos internacionais a ela vinculadas referências obrigatórias para o estudo do desenvolvimento das políticas públicas em cada formação social capitalista na atualidade” (Neves e Pronko, 2008, p. 92). A ingerência na organização político-institucional nas diversas formações sociais “... transforma a análise de suas diretrizes políticas gerais e setoriais em tópico imprescindível no estudo do desenvolvimento das políticas públicas (...) por acrescentar novas e importantes determinações” (IBID).

Como afirmam Barreto e Leher (2008), as condicionalidades impostas pelos organismos internacionais por meio de seus acordos, convênios e empréstimos aos países da periferia necessitam ser traduzidos e adaptados aos contextos locais, no bojo da correlação de força interna nesses países e das bases materiais e simbólicas demandadas pela obtenção e conservação da hegemonia. Com isso, dentre os mecanismos de atuação dos organismos internacionais na medida em que diminuem a quantidade de

recursos propriamente ditos passam a ter relevância o que chamam de oferta de idéias (Mattos, 2001; Barreto e Leher, 2008).

Um elemento relevante para o estudo do papel dos organismos internacionais implica no conhecimento de suas proposições e desdobramentos das mesmas. Outro passo igualmente necessário é o estudo atualizado da “... forma como as condicionalidades do Banco Mundial [e também de outros organismos internacionais] são convertidas em práticas políticas” (Barreto e Leher, 2008, p. 430). Isso pode ser feito mediante estudos empíricos da execução e implementação de políticas publicamente referendadas como parte do rol de influência de determinado programa [s] de algum [ns] organismo [s] internacional [is].

Em tempos de redefinição dos rumos do projeto histórico dominante em função do estado de crise que tem marcado os anos 1990 e 2000, os intelectuais orgânicos do capital vêm buscando refinar suas explicações para tal estado. Isso demandou dos organismos internacionais críticas às suas próprias indicações anteriores que levaram ao ajuste neoliberal, ainda que fazendo questão da afirmação de não terem se tratado de imposições, mas sim de indicações aos países.

João Márcio Pereira (2009) mostra que a partir de 1994- um

ano após a chegada de Bill Clinton à Casa Branca- o Banco Mundial passa a tratar a operacionalização do ajuste estrutural de forma diversa de suas abordagens anteriores. Isso indica alterações na lógica de atuação do Estado nesse processo. Não mais insistindo na agenda de minimização da ação estatal, mas sem retomar o que chamam de “intervencionismo”, agora havia o reconhecimento do Banco Mundial de que o Estado desempenharia um “... papel especial e inovador na forma como se relaciona com os mercados” (Banco Mundial citado por Pereira, J, 2009, p. 264).

João Marcio Pereira (2009) chama tal momento de início da reciclagem e dilatação do programa político do neoliberalismo, intensificado a partir das respostas dadas à crise mexicana de 1994 e a piora geral das condições de vida em muitos países que eram tomados como sucesso por terem adotado o receituário neoliberal. As mudanças e reciclagens desse projeto político dominante não implicam em nenhuma contrariedade de fundo.

O sistema ONU também busca redefinir sua atuação mediante a instauração do chamado PACTO GLOBAL, proposto no Fórum Econômico Mundial de Davos em 1999 pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Koffi Anann. O PACTO GLOBAL alertava para

necessidade da construção de novas bases de atuação política dos chamados líderes mundiais, entendidos pelos presentes desse Fórum com os empresários e chefes de governo. Isso deu origem ao chamado Pacto Global (Global Compact). Como está explicitado no sítio do Pacto global na internet (ONU/ Pacto Global, 2010), seu objetivo tem sido a mobilização “... da comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios”. Por conta disso, tomam parte do chamado Pacto Global diversas agências das Nações Unidas como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) sob a liderança do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ONU, Pacto Global, 2010). Além dessas, também são listadas empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e “demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje já

são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo” (Ibidem). Seguindo as informações dispostas no sítio da internet do Pacto Global, é possível afirmar que o mesmo não busca criar leis nos países, mas sim o que chama de “... um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras” (Ibidem). Na linha de apresentar-se como um educador coletivo do conjunto da classe dominante, com vistas inclusive a ser uma referência para a ação dessa classe nos campos da responsabilidade social em diversas áreas, o Pacto Global afirma ter como objetivo:

encorajar o alinhamento das políticas e práticas empresariais com os valores e os objetivos aplicáveis internacionalmente e universalmente acordados. Estes valores principais foram separados em dez princípios chave, nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção (ONU/Pacto Global, 2010).

Aqui é possível afirmar que tal intervenção da ONU em

conjunto com representantes das classes dominantes em diversos âmbitos representa a busca de atuação política das classes dominantes com vistas a responder aos dilemas trazidos à sua dominação pelo projeto neoliberal clássico. Concretizada já em 2000, o Pacto Global, afirma André Martins (2009), buscou envolver o empresariado em

uma rede de cooperação internacional organicamente ligada à defesa, divulgação e promoção das mais variadas experiências em torno da responsabilidade social empresarial, especialmente nos temas direitos humanos, condições de trabalho e meio ambiente, visando, sobretudo, a elevação da coesão social e diminuição das tensões internas geradas pelas relações entre capital e trabalho (p. 109).

Outra iniciativa que marca uma intervenção do Sistema ONU já esteira dessa tentativa (sempre infrutífera pela natureza da ordem do capital) de humanizar exploração capitalista, de cobrar do conjunto da classe burguesa mundial um maior papel na obtenção do consenso dos dominados em nível global foi o estabelecimento das chamadas Metas de Desenvolvimento do Milênio no findar dos anos 1990.

Essas metas- que são oito- seriam o que a ONU chama de

pressuposto mínimo para a intensa melhoria das condições de vida de significativa parcela da população mundial mediante compromissos das nações em obtê-las até o ano de 2015. Apenas para lembrar essas metas são: a) erradicar a pobreza extrema e a fome; b) universalização a educação fundamental; c) promover a igualdade entre os gêneros e autonomia da mulher; d) reduzir a mortalidade infantil; e) melhorar saúde materna; f) combater doenças como HIV/AIDS, Impaludismo, a malária e outras enfermidades; g) garantir a sustentabilidade ambiental; h) promover uma parceria mundial para desenvolvimento (ONU, 2005).

As referidas metas- e suas estratégias de obtenção- propostas pelo Sistema ONU e outros intelectuais orgânicos coletivos das classes dominantes são uma das expressões das mudanças em direção a um novo projeto de dominação burguesa. A busca por atingir as oito Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) tem ao longo dos anos 2000 sido balizador de uma série de parâmetros para avaliação de avanços e retrocessos em termos de condição geral de vida em diversos países.

O caráter prescritivo das proposições/recomendações/imposições foi aceito em diversas formações sociais, ainda que em graus variados. Mas o sucesso ideológico é inegável. São poucos os países da

periferia do sistema capitalista que não privatizaram diversas companhias estatais, além de importantes bancos públicos, bem como não realizaram a chamada abertura financeira e comercial para que seus países pudessem receber os ditos investimentos externos. Em momentos históricos diferentes, pautados também pela capacidade que as forças de oposição em cada país conseguiram mobilizar, as bases do projeto capitalista neoliberal podem ser observadas na maioria dos países, ainda que sua implementação tenha obedecido a ritmos diferentes, em geral de acordo com a conjuntura política local.

O que há em comum é a busca por reposicionar politicamente o conjunto da burguesia mundial numa conjuntura em que as bases do projeto neoliberal tinham trazido problemas na estabilização da dominação com um avanço exponencial da miséria e da desigualdade social. Isso demandava relativo sacrifício do conjunto da classe burguesa em assumir novos papéis políticos para educar o consenso dos trabalhadores e também de algumas frações das classes dominantes.

É nesse quadro que os esportes passam a receber maior atenção no interior da atuação político-intelectual dos organismos internacionais com vistas a oferecer subsídios aos governos na implementação de

políticas de esportes em conformidade com o projeto de dominação burguês para o século XXI³.

Esportes, organismos internacionais e dominação burguesa

Os organismos internacionais não deixaram de atentar para a relevância da temática dos esportes, sobretudo tendo como público alvo os jovens pobres. No momento em que há uma intensificação de mais uma crise orgânica do projeto capitalista (Mészáros, 2009), com trágicas conseqüências para a parcela pobre da população em geral, e especificamente para a juventude, os intelectuais orgânicos da burguesia atentam para a necessidade de pensar em políticas para a juventude em diversos campos, incluindo educação e esportes.

É possível afirmar que os esportes passam a receber especial atenção por parte dos intelectuais orgânicos coletivos da burguesia a partir dos anos 1990 e 2000, tanto em nível internacional, como no Brasil. Apesar da aprovação da Carta Internacional de Educação Física e Esportes pela UNESCO em 1978, com indicações genéricas acerca do fato do esporte e

educação física serem direitos de todos, somente nos anos 1990 isso se transforma em ações orgânicas e direcionadas.

Com vistas a conferir maior organicidade às intervenções políticas no campo dos esportes, a UNESCO realizou num intervalo de 5 anos (1999 e 2004) duas conferências intergovernamentais (MINEPS) com a participação dos Ministros de Esportes de diversos países, chanceladas pela ONU/ UNESCO e Banco Mundial. Essas conferências intergovernamentais eram decenais até então- 1ª edição em 1976 e a 2ª Edição em 1988- tornando-se quinquenais na virada do século XX.

Podemos apontar que a iniciativa de maior vulto e marco dessa nova fase foi a III Conferência de Ministros e Responsáveis pelo Esporte e Educação Física (MINEPS) em 1999 na cidade uruguaia de Ponta do Leste. Essa reunião é conduzida pela UNESCO em colaboração com o Comitê Intergovernamental para Educação Física e Esporte (CIGEPS). As duas primeiras conferências haviam ocorrido respectivamente em Paris (1976) e em Moscou (1988). Nesta terceira edição a preocupação central esteve em, após 11 anos da edição

3 Para um debate acerca do projeto de dominação de classe do conjunto da burguesia para o Século XXI ver: Neves, 2005, Neves, 2010, Martins, 2009, Chesnais 2005.

anterior, “catalogar as dificuldades e contratempos encontrados e o estabelecimento de novas metas, especialmente para primeira década do terceiro milênio” (UNESCO, 1999, p. 1).

A presença de representantes do sistema esportivo internacional é parte central desses processos. Nessa reunião o então Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) Juan Antonio Samaranche apontou o desejo da entidade esportiva mundial em tornar mais próxima “a cooperação entre UNESCO e o COI, em particular para defender a ética nos esportes” (In: UNESCO, 1999, p. 3). Essa aproximação é indicativa da ofensiva do Sistema esportivo internacional em temas com face “ética” e “social” como combate ao Doping, à promoção do chamado Fair Play (Jogo Limpo) que marcariam a década de 2000 a partir de então. O Sistema Esportivo Internacional, na figura do COI, passou a conferir centralidade na consecução de seu projeto de sociedade para o campo dos esportes, a aproximação não somente com a UNESCO, mas com os Ministros de Esportes. Sem isso, o apoio político necessário à realização dos grandes eventos esportivos talvez não se realizasse, sobretudo quando tais eventos demandam um vultoso investimento de recursos públicos dos países que vão sediar.

Na abertura dos trabalhos da III MINEPS havia um consenso entre os participantes de que a educação física e os esportes estariam estagnados ou retrocedendo nas escolas. Um dos elementos centrais desse processo seria a “ignorância acerca dos benefícios efetivos que a educação física e os esportes podem ter no desenvolvimento” (UNESCO, 1999, p. 7). Um desses campos seriam os custos com segurança no enfrentamento de “problemas causados por jovens que não tem nada para fazer, tendendo facilmente para comportamento delinqüente” (p. 7). Estes poderiam ser “reduzidos se os jovens praticassem esporte e aprendessem a trabalhar juntos num clima de respeito mútuo e respeito pelos outros” (p.7).

A III MINEPS apresenta uma discussão que seria a tendência das políticas de esporte do ponto de vista burguês quando voltado aos setores empobrecidos. A partir de 1999 é enfatizada a suposta relação entre Esporte e desenvolvimento e paz, que se tornaria um mote da ONU a partir dos anos 2000. Segundo o documento final do III MINEPS (p. 8) “o esporte pode ser um símbolo de justiça social e mútuo entendimento entre países e entre pessoas de diferentes países” bem como a possibilidade do valer-se do esporte no que chama de “prevenção da delinqüência (...)” (p. 8).

Por conta disso, é defendido que o esporte promove o dito desenvolvimento sustentável e também “novas formas de cooperação” (p. 9).

A declaração de Ponta de Leste, pronunciamento oficial da III MINEPS, fornece importantes indicações acerca de um novo papel do esporte no projeto político de dominação burguesa para o século XXI. Lembrando que o encontro da UNESCO com Ministros de Esportes de diversos países ocorreu em 1999 – e depois novamente em 2004– teremos uma visão processual desta questão. Reconhecendo a contribuição do esporte e da educação física na formação humana, a declaração afirma que tais “atividades também podem contribuir para *coesão social, mútua tolerância* e na integração das diferenças étnicas e culturais das minorias no momento em que há migrações em todos os continentes” (p. 1 anexo 1. Item 2, grifo nosso). Não por acaso, defende que “a redução dos programas de educação física (...) tem contribuído para fenomenal aumento da delinqüência juvenil e da violência e do aumento de custos médicos e sociais” (p. 1 anexo 1. Item 4). Há nessa passagem da declaração uma relação de causa-efeito entre a existência dos programas de esportes e da incidência do que chama de delinqüência juvenil.

Outra iniciativa de grande vulto é a constituição de Força Tare-

fa diretamente pela Secretaria geral da ONU em 2002, para apresentar o relatório “Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas do milênio” (ONU, 2003). O objetivo dessa Força Tarefa foi “... rever as atividades que envolvem o esporte dentro do sistema das Nações Unidas” (p. 5). O objetivo central foi o de “promover a utilização mais sistemática e mais coerente do esporte em atividades relacionadas ao desenvolvimento e à paz, em especial no nível da comunidade (...)” (p. 5). Isso nos dá a exata dimensão de que a intervenção busca ganhar maior organicidade face às mudanças na própria pedagogia da hegemonia burguesa (Neves, 2005) que precisariam atingir o campo do esporte. Não por acaso esse esforço envolveu diversas agências do sistema ONU, como por exemplo, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), UNHCR (Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados), UNICEF (Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças), UNODC (Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime), UNV (Voluntários das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde),

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Esse grande arcabouço institucional dentro do sistema ONU indica que o esporte não é deixado de lado no âmbito da atuação dos organismos internacionais em nível mundial.

A perspectiva central do relatório foi detalhar a “contribuição potencial que o esporte pode oferecer para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (MDMs)” (ONU, 2003, p. 3). Mais especificamente busca pensar o “crescente papel das atividades esportivas em muitos programas das Nações Unidas”. Tendo em vista que oitava MDM propõe uma “parceria global para o desenvolvimento” a ONU afirma que o campo esportivo seria “uma parceria natural”. Isso se deve ao fato de que “em sua natureza o esporte envolve participação” envolvendo “também a inclusão e a cidadania”, legando aos partícipes

um fórum para o aprendizado de habilidades tais como a disciplina, a confiança e a liderança e ensina princípios fundamentais, tais como a tolerância, a cooperação e o respeito. O esporte ensina o valor do esforço e como lidar com a vitória e com a derrota (IDEM, grifo nosso).

Além disso, no tocante aos jovens, o relatório da ONU

defende que o esporte promove “... seu desenvolvimento holístico (...), promovendo sua saúde física e emocional e construindo relações sociais valiosas” (p. 3). Não obstante, torna-se uma oportunidade de lazer e de “auto-expressão que são benéficas, especialmente, para os jovens com poucas outras oportunidades em suas vidas. O esporte fornece também alternativas saudáveis às atividades prejudiciais, tais como o uso de drogas e a participação no crime” (ONU, 2003, p. 3-4).

Esse encontro de desiguais como retrato de um mundo onde as ditas polaridades dos tempos da guerra fria não se fazem mais presentes- eufemismo comum dos intelectuais burgueses- encontra na relação esporte e paz pela ONU uma nova manifestação. Para a ONU,

... dos eventos internacionais aos comunitários, o esporte une os povos de uma maneira que consegue ultrapassar limites e barreiras, fazendo do campo um local simples e freqüentemente apolítico para iniciar contato entre grupos antagônicos. Conseqüentemente, o esporte pode ser um fórum ideal para se recomeçar um diálogo social e transpor rivalidades, destacando as similaridades entre os povos e acabando com o preconceito (2003, p. 09).

Essa visão concebe o esporte como manifestação por excelência para supostamente demonstrar o fim das divisões de classe na sociedade capitalista sem as disputas de projetos societários- afinal o esporte seria um campo “apolítico”- entre as mesmas. Com isso, o chamado recomeço de um diálogo social e a transposição de rivalidades, ao mesmo tempo em que pode ser entendido entre grupos étnicos ou mesmo conflitos entre jovens, também é pensando no conflito maior que estrutura a sociedade capitalista, a luta entre as classes sociais fundamentais. Ainda que a ênfase da ONU esteja no que chama de “busca da paz”, essa deve ser entendida como uma condição em que as relações sociais capitalistas- ainda que não às únicas razões, mas certamente importante impulsionador de violência tanto no âmbito interpessoal, como também internacional- possam obter estabilidade. Em momentos em que a violência urbana ganha uma visibilidade e alcance considerável em diversas partes do mundo, mesmo nos países centrais, do ponto de vista burguês é preciso retomar o sonho dos positivistas do século XIX de ORDEM E PROGRESSO. Com isso, o esporte ganha novo papel político, para além de ser um vultoso campo de negócios. Agora sua importância maior estaria na difusão

de novos modos de ser amplamente conformados à dominação burguesa. Assim,

O esporte é um elemento eficaz nas iniciativas centradas na comunidade que objetivam criar a paz sustentável. Muitas das habilidades e dos valores aprendidos através do esporte são os mesmos ensinados na educação para a paz no sentido de resolver e impedir conflitos e criar as circunstâncias que conduzam à paz, desde o nível interpessoal até o internacional. Atividades esportivas bem trabalhadas ensinam o respeito, a honestidade, a comunicação, a cooperação, a empatia e como e por que respeitar regras (ONU, 2003, p. 9).

O sistema ONU tem investido na promoção de uma suposta vinculação umbilical entre esporte e paz. Isso se deve a um alegado potencial do esporte de unir os “... povos de uma maneira que consegue ultrapassar limites e barreiras, fazendo do campo um local simples e freqüentemente apolítico para iniciar contato entre grupos antagônicos” (2003, p. 9). Tal potencial do esporte o transformaria em “... fórum ideal para se recomeçar um diálogo social e transpor rivalidades, destacando as similaridades

entre os povos e acabando com o preconceito” (IDEM).

Ainda que isso seja observado nos grandes eventos do sistema esportivo como Jogos Olímpicos e Copas do Mundo de diversas modalidades esportivas, isso não deve ser generalizado para um encontro esportivo entre cidadãos normais, jovens de grupos sociais com rivalidades e antagonismos intensos. No caso de atletas profissionais, em geral cidadãos do mundo patrocinados simultaneamente por companhias de diversos locais do mundo, esse encontro fraterno é algo corriqueiro. Contudo, essa postura ingênua é constantemente negada pelos fatos. Como exemplo, podemos apontar os distúrbios ocorridos entre torcedores Sérvios e Croatas durante a realização de uma partida de tênis entre dois tenistas dessa nacionalidade no ABERTO DA AUSTRÁLIA de 2008. Ainda que ambos os tenistas tenham feito questão de demonstrar um clima fraterno entre ambos, antes, durante e após a partida, isso não foi suficiente para evitar a beligerância entre os torcedores. Isso não se deve a abordagem equivocada ou qualquer coisa do gênero. Mas sim que a raiz dos problemas em questão transcende o campo esportivo. O dito diálogo social limitou-se aos esportistas- novamente, repito, inseridos num sistema fortemente

mundializado. Dentre os torcedores, certamente cidadãos comuns de seus países, as raízes conflitivas entre tais povos- que inclusive motivou sangrentos confrontos nos anos 1990- não foram apagadas pelo embate esportivo entre os tenistas.

Pensar os encontros esportivos e suas vivências como algo “apolítico” é parte de uma pedagogia da hegemonia que tenham os esportes como contemporâneo da dominação burguesa. Se realmente o gesto motor de qualquer esportista no momento da realização de um movimento vinculado a seu esporte- de qualquer nível técnico- não pode ser considerado político por si, tudo que isso representa além do campo esportivo assume caráter político, no sentido de expressão de condutas humanas conscientes. Por outro lado, não é por acaso que diversos chefes de Estados fazem questão de receber esportistas no retorno a seus países após obterem algum resultado internacional expressivo. Os exemplos do caráter político do esporte encheriam essa página.

Essa pedagogia da hegemonia esportiva encontra eco também na defesa do voluntariado pela ONU. Isso não se limita aos esportes, tendo sido inclusive o ano de 2001 considerado como ano internacional do voluntariado, o que confere centralidade dessa questão no projeto político do sistema ONU,

e conseqüentemente da burguesia mundial.

No tocante aos esportes, os voluntários são considerados como “recurso estratégico importante” devendo ser “ativamente mobilizados” (ONU, 2003, p. 25), tendo como exemplo o relatório traz os Jogos Olímpicos de Sydney em 2000. O foco seria o potencial educativo à juventude, “... cuja participação é um forte indicativo do voluntariado em sua vida futura” (IDEM). O clamor dos benefícios trazidos aos indivíduos seriam a “auto-satisfação, a aquisição de habilidades, o aumento da compreensão e a integração social” (IDEM). Os dois últimos benefícios tornam a pedagogia da hegemonia mais visível. Compreender e integrar-se socialmente numa sociedade pautada pela desigualdade social estrutural implica numa postura resignada quanto a isso? Implica numa pedagogia social do conformismo? Onde estaria a auto-satisfação da transformação do dito voluntariado em trabalho precário temporário? A busca por atribuir relevo a esse jovem que desempenha funções essenciais ao acontecimento de alguns eventos, como por exemplo, os grandes eventos esportivos, é parte da tarefa de minorar a ultra exploração que esse processo apresenta. A elevação da auto-estima com a garantia de que um determinado

evento esportivo internacional de vulto ocorra no país e ser parte da realização desse sucesso- ainda que pouco ou quase nada desse sucesso reverta em melhoria concreta tanto individualmente ao voluntário em si, como à sua classe social, no caso de jovem pobre- é parte central dessa pedagogia da hegemonia burguesa que opera nos campos e quadras do mundo.

Não obstante, afirma que a ONU (2003) que também a sociedade é beneficiada pelo impacto do voluntariado devido

o crescimento econômico, o bem-estar social, a participação comunitária, a geração de confiança recíproca e a ampliação da interação social através de novas redes de contatos. Conseqüentemente, o voluntariado gera capital social, ajudando a construir e consolidar a coesão e estabilidade sociais. O esporte é uma maneira importante de incentivar o voluntariado nas sociedades e de se alcançar os benefícios sociais resultantes (p. 25).

Um dos indícios de que o esporte e a educação física, a partir dos anos 2000, recebem maior atenção do Sistema ONU é a criação, em 2004, de um Grupo de Internacional de Trabalho acerca da (suposta) relação entre Esporte,

desenvolvimento e paz (GIT EDP). Conforme explicitado no relatório de 2008, o Grupo foi criado para “formular e promover a adoção de recomendações quanto a políticas, dirigidas aos governos, em prol da integração do esporte e das atividades físicas em suas estratégias e programas para o desenvolvimento nacional e internacional” (ONU, 2008, p. 5), tendo suas raízes no grupo de trabalho interagências que elaborou o documento de 2003, aqui já citado. Sua criação se deu durante os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004. Atualmente este grupo inclui “autoridades de mais de 50 países, 9 agências e programas e Fundos das Nações Unidas e um sem número de entidades intergovernamentais, federações esportivas e organizações civis” (2008, p. 5). Não por acaso, no ano seguinte, 2005, foi estabelecido pela ONU como Ano Internacional do Esporte e Educação Física, que mais tarde será objeto de nossa atenção mais sistematizada.

No tocante a IV MINEPS, realizado no final de 2004 em Atenas na Grécia, fortemente influenciado pela proximidade dos Jogos Olímpicos que ocorreram na mesma cidade que a conferência, o que certamente não foi uma coincidência. Foi mais uma indicação de aproximação entre a UNESCO e sistema esportivo internacional

em geral, e especificamente com COI. Esse evento tinha como tarefa a passagem das “idéias para efetiva implementação de ações” (ONU-UNESCO, 2004, p. 3).

Na esteira do trabalho realizado pelo Grupo-tarefa sobre esporte e paz (ONU, 2003), a Assembleia Geral das Nações Unidas a partir de um suposto “reconhecimento do poder do esporte para contribuir ao desenvolvimento humano e saudável da infância e proclamou o ano de 2005 como o ano Internacional do Esporte e Educação Física” (2005, p. 2). Isso indica a atribuição de um papel de grande relevo ao esporte e educação física dentro da consolidação do projeto político desse organismo internacional, sobretudo, devido ao seu potencial “... para transmitir mensagens com eficiência e influenciar o comportamento (...), cada vez mais reconhecido” (p. 2). Por conta disso, tanto a ONU como alguns governos estão decididos a “incluir os esportes em seus programas e políticas” (p. 2), e também nas ações de “ajuda externa”.

Nesse documento da ONU acerca do Ano Internacional há um tópico chamado “O Poder do Esporte”. Para ONU isso está relacionado como a contribuição do esporte e educação física ao “... crescimento econômico e social, melhoria da saúde pública e a un[i]ão das diferentes comunidades”

(2005, p. 3). Haveria, assim, uma contribuição e uma oportunidade, via esporte e educação física “para que a população marginalizada por barreiras sociais, culturais ou religiosas, devido a questões de gênero, incapacidade física ou outro tipo de discriminações possam vivenciar a inclusão social e moral” (IDEM).

A perspectiva da ONU ao proclamar o ano de 2005 como Ano Internacional do Esporte e Educação Física é criar uma espécie de conclamação de “governos, sistema das Nações Unidas e as organizações desportivas” acerca das muitas possibilidades que os esportes poderiam ter na consecução de seus projetos. Certamente não encontraremos nenhuma menção explícita nem direta ao aprofundamento da dominação do conjunto da classe burguesa e da valorização do valor a partir do campo do esporte e da educação física. Isso é captado pelo desdobramento das opções e proposições expressas nos documentos. Como exemplo concreto disso, a ONU afirma que tal escolha do ano internacional buscou sensibilizar os governos e outros organismos supracitados a “trabalharem coletivamente e formar alianças baseadas na solidariedade e na cooperação; e a fortalecer a colaboração com os atores da sociedade civil” no âmbito dos esportes e da educação física.

Ainda no documento acerca do Ano Internacional do Esporte e Educação Física, há uma sessão intitulada “Resultados Esperados”. Dentre os resultados, um é extremamente relevante a nosso propósito. A ONU espera que:

Espera-se que o setor privado vinculado ao esporte (indústria manufatureira de artigos esportivos) e as federações esportivas internacionais se interessem cada vez em assuntos relacionados ao desenvolvimento humano e a construção da paz. Isto se pode obter mediante o estabelecimento de associações entre os setores públicos e o privado com as organizações do Sistema das Nações Unidas e um maior intercâmbio de informações em todo nível (2005, p. 11).

Aqui fica nítida a busca por criar um grande consenso no campo das ações esportivas da necessidade do que chamam de parcerias entre os empresários na execução das políticas de esporte. O papel da ONU e das suas agências nesse domínio parecer ser de aglutinador de esforços para a consecução desse projeto. Longe de tratar de alguma cobrança de posicionamento da ONU ou mesmo afirmar que essa posição seria teoricamente equivocada, até porque do ponto de vista

burguês isso implica numa posição extremamente atual, explicita-se assim qual é a perspectiva de atuação burguesa para os anos 2000 no campo dos esportes.

O Grupo de Internacional de Trabalho acerca da (suposta) relação entre Esporte, desenvolvimento e paz (GIT EDP) tem produzido relatórios anuais em que buscam trazer considerações para seus Estados membros acerca do papel do esporte e da educação física em seu projeto. Podemos citar, além do documento de 2003, ainda numa fase embrionária, o documento de 2007 intitulado *Do campo: Esporte para o desenvolvimento e paz* e o documento de 2008, *Aproveitando o Poder do Esporte para o Desenvolvimento e Paz: recomendações aos governos* (2008) e também *Esporte para o Desenvolvimento e Paz: Governos em Ação*. Ambos estão disponíveis em Inglês, Francês e espanhol no site da ONG Right to Play⁴. Isso indica uma ação mais orgânica no campo do esporte e educação física pelo Sistema ONU.

A relação com o sistema esportivo internacional (COI, FIFA, ATP) está assentada em uma dúbia aproximação e afastamento. A aproximação se deve a inegável popularidade que os esportes-espetáculos

possuem. Na condição de um dos produtos principais da chamada indústria do entretenimento, sem dúvida os esportes atingem um público que talvez nem o cinema consiga atingir. Por outro, face a comercialização do esporte que acompanha essa manifestação, o grupo de trabalho da ONU mostra algum reticência acerca da contribuição do que chama de programas de esportes comerciais para obtenção do “desenvolvimento social se seu único objetivo é o lucro” (2008, p. 22). Por conta disso, há o aceno com a dúvida acerca da possibilidade dos “programas esportivos de alto rendimento não sejam os mais adequados para o desenvolvimento e os fins da paz se limitam as pessoas que podem participar (por exemplo, só os melhores atletas)” (ONU, p. 22). Aqui nota-se claramente uma resposta ao campo crítico da educação física, não só no Brasil, que tem desde o final dos anos 1960, apontada o caráter seletivo do esporte de alto rendimento (Bracht, 1997). Apesar disso, a ONU não faz nenhuma densa crítica a seus parceiros do Sistema Esportivo- que inclusive são sempre chamados a contribuir nos eventos do Sistema das Nações Unidas. Contrariamente há expressamente a menção que

4 <http://www.righttoplay.com/International/Pages/Home.aspx>

“isto não significa que os eventos esportivos profissionais e de alto rendimento, as federações, os clubes, as equipes e os atletas não possam desempenhar um papel ativo no esporte para o desenvolvimento e paz” (ONU, 2008, p. 22). Aliás, o grupo de trabalho afirma que é possível colocar “os atletas e as equipes como modelos e defensores, ao usar os eventos esportivos como plataformas de educação pública e oferecer recursos para programas baseados na comunidade” (IDEM).

Assim, a suposta posição crítica ao Sistema Esportivo não se traduz- e novamente isso não se trata de nenhuma cobrança de uma posição política que um organismo da conservação burguesa não tem obrigação de ter- em nenhuma ação concreta. Contrariamente, há a defesa de que os atletas possam desempenhar um papel de relevo. Isso se traduz no título de Embaixadores da Paz que já receberam os Jogadores de Futebol Ronaldo, Ronaldinho Gaúcho, Kaká, Zinedine Zidane e o jogador de tênis Roger Federer entre outros que o nome me escapa nesse momento.

Conclusões

Fica explícito que qualquer projeto societário de transformação ou manutenção e aprofundamento das relações sociais capitalistas,

precisa ter um papel claro para os esportes e para o lazer. Certamente esses fenômenos sociais não podem ser descuidados na luta política entre as classes. Não por acaso Gramsci (2000) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas amplia todas as relações sociais entre e intra classes sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2000, p. 399).

Os Organismos Internacionais, face à grande popularidade e capilaridade que os esportes possuem em nosso tempo, não se descuidaram desse importante elemento sociabilizador. Por conta, desde os anos 1990 tem havido uma preocupação central em buscar orientar o conjunto das burguesias mundiais nos diversos governos e aparelhos privados de hegemonia

na sociedade civil, especialmente ONGs, fundações empresariais, organizações esportivas, acerca de um papel dos esportes em conformidade com os desafios que a dominação de classe tem requerido em momentos de intensificação das contradições da exploração capitalista. O intensificar das crises exige das classes dominantes um reforço nas estratégias de obtenção do consenso e do convencimento dos dominados. E os esportes cumprem papel de relevo nesse projeto.

A tarefa daqueles que ousam lutar por melhores condições de vida e tem claro ser impossível obter isso na ordem do capital, é lutar para essa relevante manifestação cultural não seja palco para desfile de concepções de mundo funcionais a dominação burguesa. E essa não é uma tarefa simples no momento em que o Brasil foi escolhido para ser palco das duas maiores manifestações do esporte mundial com a COPA do Mundo de futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Contudo, mais uma vez resistir é preciso.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do Discurso e das Condicionais do Banco Mundial: a educação superior “emerge” terciária. IN: *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 13. N. 39, Set/Dez 2008- 423- 436.
- BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: uma Introdução*. Vitória: UFES, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- MATTOS, Ruben Araújo de. As Agências Internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de idéias. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, N. 6 (2): 377-389, 2001.
- MELO, Marcelo Paula de. Neoliberalismo de Terceira Via e seu impacto nas políticas públicas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: SILVA, Maurício Roberto (Org.) *Esporte, Educação, Estado e sociedade: as políticas públicas em foco*. Chapecó: Editora Argus, 2007. p. 175-210.
- _____. *Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de lazer*. Campinas: Autores Associados, 2005.

- MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo; 2009.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.) *Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.
- NEVES, Lucia Maria W.; PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- _____. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005
- ONU. Grupo Internacional de Trabalho Esporte para Desenvolvimento e Paz. *Aprovechando el Poder del Deporte para El Desarrollo y La paz: recomendaciones a los gobiernos*. Nova Iorque: ONU/Right to Play; 2008.
- ONU. *Año Internacional de deporte y La educación física*. Nações Unidas: Nova Iorque, 2005.
- _____. *Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio*. Nova Iorque; Nações Unidas; 2003.
- ONU-PACTO GLOBAL. Apresentação. Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br/pactoGlobal.aspx>. Acesso em 05-07-2010.
- ONU-UNESCO. *Relatório da IV Conferência Internacional de Ministros e Responsáveis por Educação Física e Esportes. (MINEPS IV)*. Atenas, GR; UNESCO, 2004.
- _____. *Relatório da III Conferência Internacional de Ministros e Responsáveis por Educação Física e Esportes. (MINEPS III)*. Punta Del Este-UR. Unesco, 1999.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese (Doutorado em Historia). Niterói: PPGH-UFF, 2009.
- SILVA, Maurício Roberto (Org.) *Esporte, Educação, Estado e sociedade: as políticas públicas em foco*. Chapecó: Editora Argus, 2007.

Recebido: Junho/2009

Aprovado: Agosto/2010